



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 17 de abril de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,75% São Paulo	125.946 11/4 12/4 15/4 16/4	R\$ 5,268 (+ 1,61%)	Últimos 10/abril 5,078 11/abril 5,090 12/abril 5,121 15/abril 5,185	R\$ 5,597	10,65%	10,53%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83

SERVIÇO PÚBLICO

Reajuste deve ser de R\$ 8 bilhões em 2025

Dos R\$ 39,9 bilhões a mais nos gastos com pessoal, cerca de R\$ 8 bilhões devem ir para o aumento prometido pelo governo

» ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional na última segunda-feira, prevê aumento de R\$ 39,9 bilhões nos gastos com pessoal e encargos sociais, para R\$ 414,5 bilhões. E, desse montante, a reserva para os reajustes de servidores no próximo ano está em torno de R\$ 8 bilhões, o que deverá representar uma correção linear de 4,5%, de acordo com fontes do governo.

A maior parte desses R\$ 39,9 bilhões, no entanto, está relacionada a gastos como crescimento vegetativo da folha e de contratações de novos aprovados nos concursos, especialmente o unificado, segundo as mesmas fontes.

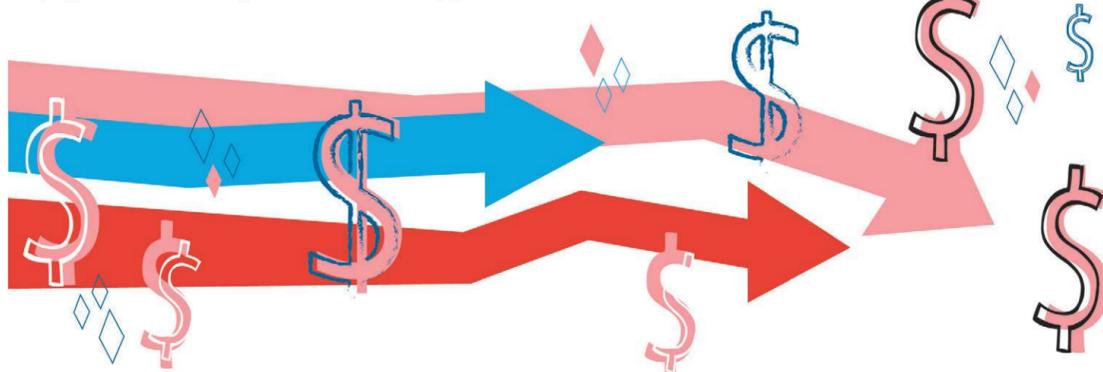
Nos grupos de trabalho de negociação com os servidores, o MGI vem defendendo a reestruturação das carreiras em vez de um reajuste linear. Na próxima sexta-feira, por exemplo, a pasta deverá apresentar uma proposta nesse sentido para os técnicos-administrativos da Educação, que estão em greve.

A categoria é uma das maiores da administração pública federal, com cerca de 200 mil trabalhadores, e a reestruturação das carreiras deverá consumir R\$ 1 bilhão dos R\$ 8 bilhões propostos para reajuste no ano que vem, segundo as mesmas fontes.

No ano passado, o governo concedeu um reajuste linear de 9% aos servidores públicos e a pasta propôs outros dois aumentos de 4,5% em 2025 e em 2026, totalizando 18% de reajuste até o fim do mandato — acima da inflação projetada para o período, segundo dados do MGI. Pelas estimativas de técnicos da pasta, neste ano, o impacto orçamentário do reajuste do ano passado somou R\$ 16 bilhões, e, portanto, no próximo ano, será destinada no Projeto de Lei Orçamentária

Descompasso

Enquanto a receita líquida deve crescer 6,6% no próximo ano, as despesas avançam em ritmo mais acelerado, de 7,5%, pelas estimativas do governo no PLDO de 2025, que mudou as metas fiscais



DESCRIÇÃO	2024*	% do PIB	2025	% do PIB
Despesas primárias - TOTAL	2.184,5	18,93	2.348,8	18,96
Despesas obrigatórias	1.980,1	16,86	2.136,1	17,24
Benefícios previdenciários	914,2	7,92	980,9	7,92
Pessoal e encargos sociais	374,6	3,25	414,5	3,35
Benefícios de prestação continuada da LOAS/RMV	103,4	0,90	120,7	0,97
Abono e seguro-desemprego	79,6	0,69	86,8	0,70
Despesas discricionárias do poder executivo	204,4	2,07	212,7	1,72
Demais discricionárias do poder executivo	170,8	1,77	173,1	1,40
Emendas impositivas**	33,6	0,30	39,6	0,32

*Previsão do 1º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas
**estimativa
Fonte: PLDO 2025

Anual (Ploa), em agosto, a meta-de desse valor para novo reajuste.

Gastos crescentes

O aumento das despesas com os servidores representa uma parcela do forte aumento de gastos previstos no PLDO de 2025, onde a equipe econômica reduziu de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero a meta de superávit primário de 2025 devido à piora das projeções do quadro fiscal.

Conforme dados da matéria que foi enviada pelo presidente

do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ontem, para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), as despesas primárias devem aumentar R\$ 163,4 bilhões no próximo ano, em relação à projeção da programação orçamentária de 2024, para R\$ 2,34 trilhões. O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) é o mais cotado para a relatoria do PLDO.

Os gastos com pessoal e encargos são a segunda maior despesa obrigatória do Orçamento, representando 3,35% do PIB no próximo ano. Além de piorar as metas fiscais, a matéria prevê

a continuidade do descompasso entre o aumento das receitas e das despesas. Pelas projeções da equipe econômica no PLDO do ano que vem, a receita líquida vai crescer 6,6%, para R\$ 2,319 trilhões. Enquanto isso, as despesas primárias avançam 7,5%, para R\$ 2,348 trilhões.

Esses dados ajudaram a piorar as projeções para o resultado primário das contas do governo central — que inclui o Tesouro Nacional, a Previdência e o Banco Central. Pelas estimativas da equipe econômica, o rombo fiscal projetado vai aumentar

entre 2024 e 2025, passando de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 29,1 bilhões, na contramão da consolidação fiscal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, não participaram do anúncio do PLDO de 2025, na segunda-feira, deixando a missão para técnicos das respectivas pastas para detalhar a mudança na meta fiscal em poucos meses de vigência.

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Alexandre Andrade, contou que ainda está analisando os dados do PLDO,



A dívida pública bruta cresce mais nos próximos anos e só se estabiliza no começo da próxima década"

Alexandre Andrade,
diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

R\$ 163,4 bilhões

Aumento nominal das despesas primárias em 2025, na comparação com 2024, previsto no PLDO

R\$ 40 bilhões

previsão de aumento nominal dos gastos com pessoal em 2025 — segunda maior despesa obrigatória do Orçamento federal

mas reconheceu que os parâmetros macroeconômicos, como a projeção do PIB, são "um pouco otimistas" comparando com as estimativas do mercado, no boletim Focus do Banco Central e com a última atualização da IFI. "Mesmo com a revisão das metas anunciada no PLDO, parecem otimistas. Zerar o resultado primário em 2025 não será uma tarefa fácil, tendo em vista os riscos associados à materialização de algumas receitas previstas nas medidas no Orçamento de 2024 e na Medida Provisória nº 1.202 (da reoneração da folha)", alertou. Ao contrário do governo, que afirma que a estabilização da dívida pública ocorrerá "em breve", Andrade fez um alerta de que, no cenário da IFI, "a dívida pública bruta cresce mais nos próximos anos e só se estabiliza no começo da próxima década".

Vale lembrar ainda que a maior despesa obrigatória, os gastos com a Previdência Social, devem saltar R\$ 66,7 bilhões, para R\$ 980,9 bilhões, ou 7,92% do PIB, conforme os dados do PLDO. Pouco mais da metade desse valor, quase R\$ 35 bilhões, é resultado do impacto do reajuste do salário mínimo no ano que vem, para R\$ 1.502.

Sem aceno do governo, greve continua

Comunicação ADUNB



Em assembleia realizada ontem, docentes decidiram manter a greve.

» FERNANDA STRICKLAND

Diante do impasse relacionado ao aumento salarial ainda este ano, professores e servidores da educação no âmbito federal decidiram manter, por tempo indeterminado, a greve que, a cada dia, ganha mais adesões. Em audiência no Senado, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que o movimento é "desnecessário", porque as negociações estão em curso.

Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), cerca de 470 unidades da rede federal, das 682 existentes, já aderiram à greve. Já o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) informou que docentes de 24 universidades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (Cefets) estão parados. Das 24 instituições federais

em greve, 18 são universidades. Profissionais de quatro universidades anunciaram a paralisação para a próxima semana: as de Roraima, Campina Grande, Sergipe e Uberlândia.

"Esperamos — haja vista que o governo recuou e não mais colocou na sua proposta de acordo nem mesmo a tímida proposta de recomposição que vinha sinalizando desde o fim ano passado — que tenhamos uma significativa valorização dos servidores e servidoras da educação, com uma resposta às discussões acerca da reorganização de nossas carreiras", disse Gustavo Scheffer, presidente da Andes.

Além da reestruturação das carreiras, a categoria quer 22% de aumento, dividido em três parcelas iguais de 7,06%, começando ainda este ano e outras para 2025 e 2026. Na semana passada, a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, explicou

que, no ano passado, o governo concedeu reajuste de 9% para todos os servidores federais. Segundo ela, isso impactou no orçamento de 2024, o que impede o aumento agora. No entanto, Dweck afirmou que o governo estuda uma contraproposta para os docentes, já que a primeira foi recusada.

De acordo com o Andes, os docentes cruzaram os braços, por tempo indeterminado, em busca de "recomposição salarial e do orçamento das instituições federais". Eles também defendem a "reestruturação da carreira, a exoneração de interventores nas universidades e a anulação de regras e normas do governo passado, que afetam a educação pública, na avaliação da entidade.

David Lobão, coordenador geral do SINASEFE afirmou que, sem o sinal verde do governo, "a greve cresce a cada dia, atingindo boa parte do Brasil".

Desnecessário

Durante audiência da Comissão de Educação e Cultura do Senado, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que "não havia necessidade de fazer greve agora". O argumento do ministro é de que o instituto da greve deve usado "quando não há mais diálogo", o que não é o caso. "O Ministério da Educação e o governo estão abertos ao diálogo; está sentado à mesa com representantes dos professores e servidores", disse o ministro.

"Reconhecemos necessidade de melhorar servidores técnico-administrativos", completou o ministro. Mas ele ponderou que o MEC não tem autonomia para aceitar a proposta dos servidores. "O orçamento do MEC não comporta nenhuma mudança a mais, com qualquer incremento", pontuou.